

O MUNDO COMO REALIDADE

Carlos Campos

As cousas existiam antes de nós existirmos. Nenhuma dúvida razoável pode haver a esse respeito. Tudo o que se conhece no domínio da natureza inorgânica nos diz isso, e também no mundo orgânico. Digam o que disserem, a idéia evolutiva é uma aquisição definitiva da cultura humana, e muito difícil é pensarmos algo no domínio científico sem essa idéia básica.

O *esse est percipi*, de BERKELEY e dos metafísicos anteriores, não é apenas uma ilusão. É na verdade uma sofisticaria insustentável no pensamento mesmo da época em que foi enunciado. Esse aforisma nos diz que as cousas não existem fora de nossa inteligência. Ser é ser percebido. De modo que as cousas são obra de nossa percepção, e não têm existência real fora de nosso espírito, de nossa inteligência, que as percebe. Nada me garante a existência desta mesa em que escrevo, se me retiro da sala.

Essa filosofia aniquila de um só golpe não apenas o mundo das cousas individuais concretas, como também o mundo do pensamento chamado abstrato, que segundo ela, é construído de ilusões. Não há extensão sem cor, não há movimento fora das cousas que se movem. Tudo aquilo a que se chama o pensamento abstrato não tem existência fora das cousas, que por sua vez só existem em nossa percepção, como vimos antes.

* O presente artigo foi publicado pela Revista da Faculdade de Direito, em sua edição de outubro de 1951.

E o interessante é que BERKELEY tinha razão quanto ao pensamento abstrato, e sua crítica nesta parte encontra apoio na teoria anterior materialista, positiva de LOCKE. Na verdade o movimento em si não existe, como não existem a extensão, a quantidade, a relação sem as cousas.

Esses elementos do chamado pensamento abstrato, também denominados universais, só são reais nas cousas, *in rebus*. Fora das cousas são irrealis, e seriam totalmente impensáveis se não fossem os símbolos vocais e gráficos da linguagem, que servem de suporte a esse pensamento de qualidades, duração, extensão, quantidade fora das cousas. São na verdade pseudo pensamentos, quando os tomamos nos símbolos de suporte e consideramos tempo, duração, quantidade, extensão sem cousas que duram, sem cousas extensas, etc.

LOGKE tinha razão ao supor que o indivíduo que existisse sozinho e não possuísse os símbolos da linguagem não possuiria também o pensamento abstrato. Nesse assunto há mais a dizer hoje. Os estudos dos materiais da linguagem primitiva, recolhidos nas línguas dos selvagens ainda existentes atualmente, indicam que a linguagem dos primitivos não possui os símbolos dos abstratos,, genéricos, categoriais. O pensamento aí é concreto, e os estudos de filologia, anteriores, já indicavam que nas raízes das línguas dos povos atuais e históricos o que se encontra são substantivos, e, portanto, apenas o pensamento concreto das cousas particulares. As qualidades, os genéricos, os universais só penosamente foram sendo destacados em símbolos próprios, autônomos. Eles rareiam extraordinariamente nas línguas primitivas, e quanto mais se remonta às origens dessas línguas mais raros são esses elementos, enquanto que no que diz respeito aos nomes concretos, eles existem em tal abundância, que sugerem aos estudiosos desses assuntos que as tribus estudadas possuem um nome próprio para cada cousa.

É claro que os primitivos têm a experiência de qualidades, por exemplo, curto, longo, macio, vermelho, preto, mas não têm os símbolos, não separam essas qualidades dos objetos,

e ao comunicar o encontro de um **cão preto**, não tendo eles o símbolo para a qualidade constante preto, existente nas cousas pretas, dizem **cão gralha**, tomando a qualidade na ave preta, familiar, encontradiça, objeto concreto que superpõem ao cão concreto do seu encontro.

As crianças na escola têm grande dificuldade na aprendizagem de abstratos e fixam mais facilmente os concretos. A linguagem do inconsciente, isto é, o simbolismo do sonho e das alucinações mórbidas, é principalmente constituído de concretos, de imagens espaciais visuais, o que tudo indica na criança e no inconsciente uma inaptidão natural para o pensamento abstrato, como a situá-los nas arcáicas origens do pensamento.

Mas voltemos ao pensamento abstrato do adulto civilizado de hoje. Ele é irreal fora das cousas e só é real e verdadeiramente pensável nas cousas. A extensão em si, como a duração, a quantidade em si, são pseudo-pensamentos, pensamentos vazios, onde existe apenas o símbolo que procuramos encher de algo indeterminado, mais afetivo do que intelectual.

A explicação disto está em que esses universais, gerais, abstratos, são modos de ser, não são seres. Como modos de ser, só são reais nas cousas de que são modos de ser. Fora das cousas são irreais, não existem. Como não podemos pensar sem os materiais da experiência e não temos experiência de modo de ser sem os seres, sem as cousas de que são modos de ser, os universais, gerais, abstratos, ficam impensáveis fora das cousas e não pensamos duração vazia, extensão sem cousas extensas...

Neste domínio dos universais podemos ir além de BERKELEY e concluir que eles não existem propriamente nem na inteligência, pois são pseudo-pensamentos, pensamentos vazios, apenas sustentados pelos símbolos da linguagem, quando os consideramos fora das cousas. Nas cousas, porém, são realidades, são modos de ser reais das cousas, só encontráveis e só pensáveis nas cousas de que são modos de ser. Os universais, como modo de ser das cousas, são reais **in rebus**.

BERKELEY, porém, considerava que mesmo as cousas particulares concretas não têm existência real fora da percepção, da inteligência: *esse est percipi*. Elas só existem enquanto percebidas. Haverá contudo algo de real, o espírito que percebe, a inteligência, que no singular e com letra maiúscula será Deus.

Com o por a inteligência como realidade, o bispo irlandês reata a tradição e vai a MALECRANCHE, ESPINOSA, remonta ao idealismo grego, mais propriamente à escola Eleática, onde a inteligência é o princípio verdadeiro e real. O mundo é aparência fora do espírito. Essa tradição remonta a PARMÊNIDES, talvez à filosofia oriental, anterior ao pensamento grego. É afinal um modo de pensar que se encontra na origem do pensamento filosófico, e que uma investigação mais longa poderia remontar ao arquétipo primitivo do *mana* e do *Kha*, o qual, como energia, força, ou espírito, é geral, universal, e também particular, a animar e impregnar todo o existente, de que *participa*.

As inteligências particulares participam da inteligência suprema, ou espírito divino em BERKELEY, como as idéias de PLATÃO que também participam da Idéia Suprema e aí encontram a sua plena realidade.

O que na teoria do conhecimento mais importante se apresenta nesta concepção é a conclusão geral que põe o mundo como aparência e o espírito ou a razão dando existência e lei às cousas. É o primado da forma sobre a matéria, do universal sobre o particular, do racional sobre o empírico. No fundo é o espírito, a inteligência, a razão dando existência e lei às cousas. Em ARISTÓTELES a forma determina a matéria.

Coube contudo a KANT a glória de haver organizado esse pensamento de maneira mais minuciosa e completa. Em sua teoria a razão é que dá existência e lei às cousas. O mundo é aparência e mesmo irrealdade. Ao aprendermos os objetos (fenômenos) já os tomamos através das formas da sensibi-

lidade e das categorias do entendimento. Esses elementos formais, existentes em nós, é que tornam possível a experiência, são a condição do nosso pensar, das cousas fenomênicas. A forma espacial **a priori**, é que faz com que percebamos as cousas umas separadas das outras; a forma temporal é que faz a sucessão. As categorias são conceitos puramente formais e por elas atribuímos a quantidade, a relação, a qualidade às cousas da experiência. Na Estética e na Analítica transcendental, a realidade do mundo é posta em dúvida, pois não podemos saber se ela é o que apreendemos e pensamos, dada a cortina formal **a priori** que se acha interposta entre nós e as cousas. Mas na Dialética transcendental KANT chega à conclusão de que o mundo é ilusão, não existe. A razão põe máximas contraditórias que ela não pode conciliar, nem estabelecer a precedência e validade de uma sobre a outra. No assunto cosmológico, da existência do mundo, a razão afirma que “o mundo teve começo no tempo e é finito no espaço” e afirma também com igual validade que “o mundo não tem começo no tempo e é infinito no espaço”. Esses problemas de existência finita ou infinita são falsos problemas, são ilusões da razão pura, conclui KANT. O mundo infinito não existe, nem o mundo finito.

Há aqui um sofisma. A dúvida levantada no chamado conflito das idéias cosmológicas transcendentais foi sobre os limites ou não limites do mundo, no tempo e no espaço, não sobre a existência do mundo. O fato de não poder a razão deslindar se o mundo é limitado ou ilimitado não exclui que ele exista, limitado ou ilimitado.

A ilusão a respeito dos limites e ilimites do mundo é uma ilusão da experiência, não de razão pura, como pretendia KANT. Esta ilusão da experiência pode ser evidenciada. Ela vem do princípio em que o filósofo assenta a sua demonstração. O princípio diz: “Se o condicionado é dado, a série inteira das condições o é também, e por conseguinte o **incondicionado absoluto que torna possível o condicionado**”.

O condicionado que nos é dado contém certamente toda a série das condições, todos os seus elementos constitutivos. Mas isso só podemos dizer do condicionado que nos é dado em toda a sua totalidade, como esta folha de papel em que escrevo. Não podemos dizer isso do mundo, que não nos é dado em toda a sua totalidade. Não podemos pensar mundo finito por falta de experiência dos limites do mundo no não mundo, no inespaco.

O inespaco, ausência de espaço, é impensável. Também não pensamos mundo infinito. O espaço como “um todo infinito” não nos é dado. Não podemos pensar sem os elementos da experiência, e consequentemente não podemos pensar ausência do espaço, ou o inespaco, para pensarmos mundo limitado, e também não tendo nós experiência do mundo como um todo finito, na verdade não pensamos isso. Penso **mundo** com a experiência de mundo e penso **limitado** com a experiência das cousas limitadas, esta folha de papel, esta mesa. Aplico minha experiência de cousas limitadas ao mundo, mas ineficazmente. Não penso mundo limitado, mas apenas **mundo e limitado**, (tomado limitado no símbolo gráfico ou vocal), não penso **mundo limitado**. Também não penso mundo infinito, mas “mundo” e “infinito”, com a experiência do **mundo** e das **cousas que se perdem além de meu alcance visual**, cousas cujos limites ignoro, e não posso pensá-las como um **todo** infinito, o que não me é dado nem nessas cousas nem no mundo, pois o **todo** nos é dado pelos seus limites, um todo ilimitado não nos é dado, é um não senso, um impensável.

Essas ilusões não são ilusões da razão pura, mas da experiência que me leva indevidamente a aplicar ao mundo os limites dados nas cousas limitadas, e o símbolo “ilimitado” que não posso aplicar ao mundo como um **todo**.

Essas ilusões, porém, só se referem aos limites e não limites (ou ausência de limites) do mundo. Não se referem ao mundo e sua existência, de modo que a conclusão que constato nessas análises é que o mundo existe, pois sobre sua existência não houve ilusões, e devo dizer que “o mundo

existe, limitado ou ilimitado". A análise só encontrou ilusões a respeito dos limites ou ilimites, não a respeito do mundo e sua existência.

Como vimos antes, foi na Estética e na Analítica transcendentais que KANT lançara a dúvida sobre a realidade do mundo, ao estabelecer as idealidades aprióricas do espaço, do tempo e das categorias, como uma cortina interposta entre nós e as cousas. Vimos que essa dúvida não se confirma na análise que acabamos de fazer.

Vamos mostrar agora que não havia motivo para essa dúvida, pois aquelas idealidades formais não existem. Elas não são nem formais, nem ideais, nem dadas **a priori**. São realidades existentes nas cousas e dadas na experiência.

O único fato irrefutável determinado pelo filósofo a respeito das pretendidas formas **a priori** da intuição (espaço e tempo), é que elas são inabstraíveis nos objetos e acontecimentos.

Na análise que o filósofo faz do fenômeno na Estética transcendental, vai eliminando os elementos que reconhece virem da sensação e os que supõe virem do entendimento. Ficam a **forma** e a **figura** do objeto como elementos inabstraíveis e que ele tem como os representantes do espaço. Eliminando-se estes elementos, é o próprio objeto que desaparece do nosso pensamento. Eles são assim inabstraíveis no objeto. Conclui ele que esses elementos inabstraíveis são a condição do pensamento do objeto e preexistem aos objetos, são formas **a priori**.

Ora, o fato inegável de serem inabstraíveis não significa que sejam dados **a priori**, dados independentes da experiência. Eles podem ser inabstraíveis e dados na experiência. Aliás, se o próprio filósofo reconhece que temos representação do espaço e que "não existirá intuição senão enquanto o objeto nos seja dado" e também que "por sua vez o objeto não pode ser dado senão sob a condição de afetar o espírito de certa maneira", e ainda, se ele reconhece que a sensibilidade é "a

capacidade de receber representações dos objetos”, temos que a representação do espaço é objeto da sensibilidade. Se temos “representação do espaço”, é que ele é dado na experiência e não de outro modo, pois só pela sensibilidade podemos ter representações dos objetos.

Além disso, o fato, como dissemos, de ser o **espaço inabstraível** no objeto não significa que seja **a priori**. KANT não demonstrou isso, e apenas conclui que se a forma e a figura não podem ser eliminadas é que existem em nós **a priori**.

Entretanto, podemos mostrar que certos elementos inabstraíveis, como o espaço, a forma e a figura são dados na experiência, e que é por serem dados na experiência, em certa experiência, que não podemos fazer a sua abstração. Esta experiência é a experiência **inevitável** daqueles elementos que estando em tudo, faz com que não tenhamos a experiência de sua ausência, e não tendo nós a experiência de sua ausência, falta-nos a experiência dessa ausência para pormos no lugar daquele elemento e fazer a sua abstração.

É o que se dá com o espaço. Vivendo nós no mundo do espaço e não tendo experiência de ausência de espaço, de inespço, impossível se torna fazer a abstração do espaço. Para isso seria necessário pormos a ausência do espaço no lugar do espaço e fazermos a eliminação deste. O espaço fica inabstraível, irremovível, por falta do pensamento substitutivo de inespço, de ausência de espaço.

Isto prova que é impossível pensarmos sem os elementos da experiência, ao mesmo tempo que explica a irremovibilidade do espaço nos objetos.

O mesmo podemos dizer da forma e figura, da extensão, do tempo e das categorias. A forma, mais propriamente a **extensão**, se acha em todos os objetos da experiência. Não tendo nós experiência de objeto sem extensão, impossível se torna pensar objeto inextenso, como impossível se torna pensar objeto inespacial. A forma, a extensão estando em tudo, impossível se torna fazer a sua abstração, que exigiria

a experiência da ausência da forma, da extensão, para ficar no lugar da forma, da extensão, ao se fazer a sua eliminação no objeto do pensamento.

KANT ao admitir que temos representação de espaço, e que “é impossível representar-se que não haja espaço, posto que se pode bem conceber que não haja objeto nele”, aplicou a mesma observação ao tempo. Aqui o filósofo se enganou. Nós podemos fazer a abstração dos objetos no espaço, por que temos experiência do espaço sem objetos, que aparecem e desaparecem nele, ficando o espaço vazio. Não temos experiência de objeto sem alguma duração, pelo que o tempo fica inabstraível nos objetos e acontecimentos. Mas não temos experiência de tempo fora dos objetos, dos acontecimentos. Não temos experiência de tempo vazio. O tempo vazio, sem objeto, sem acontecimento é impensável, por falta de experiência de tempo vazio, sem os acontecimentos, sem os objetos que duram.

Então não podemos ter o tempo na mesma linha de conta do espaço. Ele é diferente. O espaço existe sem as cousas, existe vazio, mas o tempo não. Não representamos o tempo em si, o tempo vazio, como representamos o espaço em si, o espaço vazio. É que o espaço é real, é ser, é cousa, como pensava NEWTON e pensa EINSTEIN; o tempo não é ser, não é cousa, mas modo de ser, é a existência continuada ou sucessiva das cousas, é duração das cousas, está nas cousas, e não existe fora delas, dos acontecimentos. Daí não podermos pensar tempo e podermos pensar espaço vazio.

O tempo é da mesma natureza das categorias, e ARISTÓTELES o tinha como categoria. A qualidade, a quantidade, a extensão, são modo de ser, não são seres, não existem fora das cousas de que são modos de ser.

A constatação que aparece nestas análises é que o espaço (ser), o tempo e as demais categorias são dados na experiência, como os objetos e elementos chamados empíricos, únicos considerados pelos metafísicos como de experiência.

A diferença existente é que aqueles elementos chamados *a priori*, puros, formais, são dados na experiência que não podemos deixar de fazer, como o espaço, a extensão, a duração, quantidade, etc., enquanto os elementos chamados empíricos, materiais, como o peso, a elasticidade, etc., podemos experimentá-los nas cousas, ou não, e tendo as cousas sob forma, figura, extensão, fazemos a abstração do peso, da elasticidade, etc., nos objetos. Eles são abstraíveis por serem dados em experiência que nem sempre fazemos.

O que se põe de manifesto nesta análise é que tanto os elementos chamados puros, **aprióricos**, como os dados na experiência chamada empírica, são igualmente de experiência. **A experiência inevitável** em que aqueles pretendidos aprióricos, necessários, são determinados, nada acrescenta à sua validade. Tanto eles como os chamados elementos empíricos, materiais, são dados em experiência e são igualmente válidos.

Não há, assim, juízos **aprióricos**, analíticos, por oposição aos juízos sintéticos, de experiência. “O corpo é extenso” e “o corpo é pesado” são juízos de experiência e igualmente válidos. A experiência inevitável apenas torna inabstraíveis os elementos nela determinados, o espaço, a extensão, a quantidade, etc. Tornados inabstraíveis, esses elementos acompanham como sombra todo pensamento de objeto chamado empírico, proporcionando a ilusão metafísica de serem eles a condição de pensar os objetos, as cousas, de darem eles existência às cousas particulares, o que faz o mundo como aparência, desde os primórdios do pensamento filosófico, desde **PARMENIDES**, pelo menos.

Se os elementos dados na experiência que nem sempre fazemos (peso, elasticidade) são tão reais como os elementos dados na experiência inevitável, não temos motivos para ter as cousas como aparência. O mundo é real, quer o tomemos nos elementos dados na experiência inevitável, que faz a ilusão do **a priori**, quer o tomemos nos elementos chamados empíricos, individuais, materiais.

No sensismo imaterialista de BERKELEY, que representa uma posição *sui generis* neste assunto da realidade das cousas, vimos que ele teve os abstratos, universais, como irrealis, sem existência fora do pensamento, porque os tomou fora das cousas. Sendo modos de ser das cousas, só são reais nas cousas, de que são modos de ser. Fora das cousas, em si, são irrealis: não há extensão sem cousa extensiva, não há movimento sem as cousas que se movem, não há duração, tempo vazio. Não há simultaneidade sem acontecimentos simultâneos, não há relação sem cousas, relação vazia. Mas como modos de ser das cousas são todos eles reais nas cousas, *in rebus*. BERKELEY teve os abstratos como irrealis, porque sendo eles modos de ser das cousas, os considerou em si, fora das cousas.

Quanto aos objetos materiais, negou-lhes também realidade fora do pensamento, da percepção, fundado no seu princípio, segundo o qual *esse est percipi*, isto é, ser é ser percebido, e enquanto é percebido. Nada me garante a existência desta mesa se me retiro da sala.

Na análise que fizemos na constatação dos juízos da experiência inevitável e da experiência que nem sempre fazemos, vimos que são eles igualmente válidos, e o objeto que nem sempre percebo é tão real como aqueles que inevitavelmente experimento e percebo, o espaço, minha vontade, meu pensamento, a quantidade, a extensão nas cousas. São elementos de experiência inevitável e não são mais válidos e reais do que aqueles que nem sempre experimento. O bispo irlandês não tinha motivo para reconhecer a realidade da inteligência e negar a realidade dos objetos materiais, pois a única diferença que neles existe é que não são dados em experiência inevitável, como a inteligência, a faculdade perceptiva.

Os racionalistas têm os elementos formais racionais *aprióricos*, isto é, as pretendidas formas puras e as categorias, chamadas conceitos puros do entendimento, como condição do pensar. Nossa análise demonstrou que são elementos dados na experiência inevitável, que os torna inabstraíveis. Irremo-

víveis que são no pensamento, acompanham como sombra as experiências dos elementos não constantes, dos objetos, produzindo a ilusão de estarem aquém das cousas, de serem a causa e a condição da existência das cousas, o que põe a razão dando existência e lei às cousas particulares.

Os empiristas são ecléticos, conciliadores. BERTRAND RUSSEL, por exemplo, admite a existência de verdades obtidas fora da experiência, ao menos no domínio da matemática e da lógica.

É muito difícil entender-se com os matemáticos, que consideram o objeto de seu pensamento inteiramente diverso do pensamento comum, o que não é verdade. O pensamento da quantidade, da extensão, é pensamento de **modo de ser** das cousas, pensamento categorial, chamado abstrato. Os modos de ser captados no pensamento matemático são em quantidades determinadas, uma vez que os números são símbolos de grupos de cousas tomados em quantidade determinada. Esses símbolos estão no lugar das cousas neutras do pensamento concreto primitivo, grupos de conchas, de contas, de cálculos, etc. Sendo assim, o pensamento dos números é pensamento de cousas, cousas neutras, aplicáveis a quaisquer cousas. E como são grupos simbólicos de cousas tomadas em quantidades determinadas, podemos pensar o modo de ser quantitativo fora das cousas. Mas só aparentemente pensamos o modo de ser quantitativo sem as cousas, por termos aí símbolos quantitativos determinados, que estão no lugar das cousas neutras, ou grupos determinados de cousas. Isto não acontece com o pensamento de outros modos de ser, não susceptíveis de captação determinada nos respectivos símbolos.

Esse fato dá a ilusão de que o pensamento matemático é abstrado e construído fora da experiência.

Os estudos do pensamento quantitativo na mente primitiva revelam que ele, como o pensamento em outros domínios, é concreto e se faz através de vários sistemas numéricos particulares concretos, que só servem para a contagem

de certas cousas. O sistema numerativo com base em cousas neutras (concha, contas, cálculos ou pequenos seixos), é uma superação em que este sistema de cousas neutras já é aplicável a quaisquer cousas. Os símbolos numerativos estão assim no lugar desses objetos e grupos de objetos. O pensamento de números é pensamento de coisas, cousas simbólicas quantitativamente determinadas, e conseqüentemente tem base na experiência, experiência pré-histórica que hoje só a análise do pensamento arcáico revela. O modo de ser quantitativo que está em todas as cousas **está também nas cousas simbólicas**, que, através da experiência histórica e pre-histórica, ficaram no lugar das cousas concretas dos sistemas primitivos, particulares, posteriormente neutros, e aplicáveis a quaisquer cousas.

Na geometria encontramos símbolos cópias do modo de ser extensivo das cousas. A extensão e a figura, que estão em todas as cousas, **se encontram também nestes símbolos-cópias**, e no pensamento desta ciência pensamos cousas com cousas e tomamos o modo de ser extensivo nessas cousas ou símbolos-cópias.

Não há propriamente o pensamento abstrato, que seria o pensamento de modos de ser fora dos seres, fora das cousas. Na matemática temos a ilusão de pensar o modo de ser sem as cousas, em virtude de estarem os seus símbolos no lugar das cousas ou grupos determinados de cousas. Isso dá à matemática o privilégio de formar os conceitos sem objetos aparentes, reais, porque dispõe, nos seus **símbolos, de objetos inaparentes, simbólicos, substitutivos**. Os romanos faziam os seus cálculos por meio de pequenos seixos, como nos ensina TITO LÍVIO. Daqui o verbo **calcular**, isto é, operar com **cálculos, pedrinhas**.

O fato de serem os símbolos da matemática substitutivos dos objetos materiais levou KANT à ilusão do juízo sintético **a priori**, isto é, à ilusão do juízo dado por fora da experiência material, sem o concurso da intuição chamada empírica, como operação puramente intelectual.

Não há, pois, pensamento sem experiência, nem na matemática. A ignorância desse fato de elaboração histórica e experimental do pensamento matemático levou aos espíritos a convicção de ser esse pensamento não só abstrato, puro, mas também de se achar ele ao abrigo das contingências do pensamento concreto, de experiência.

Na verdade se trata de um privilégio, mas que consigo traz também o percalço de ser um pensamento apenas simbólico. Os símbolos estão no lugar das cousas, mas não são as cousas. O pensamento matemático, sendo pensamento de símbolo com símbolo, pode estar perfeitamente correto no jogo dos símbolos com os símbolos, sem contudo corresponder à realidade das cousas, pois os símbolos determinados estão no lugar das cousas determinadas, mas não são as cousas. Por exemplo: a série dos números é ilimitada, porque o sistema numerativo é formado sobre a base da repetição e superposição de símbolos. Essa repetição convencional pode-se fazer ilimitadamente. Entretanto, a série das cousas pode não ser ilimitada. De certo momento em diante, embora a superposição e a repetição estejam corretas do ponto de vista matemático, elas não corresponderão mais a nenhuma realidade. Além disso, e porque os símbolos não são cousas reais, mas estão apenas no lugar dessas cousas, e são neutros, aplicáveis a quaisquer cousas, tanto podem aplicar-se à realidade como à irreabilidade das cousas, a ilusões. Assim, o flogístico era determinado matematicamente sem sombra de erro. Tudo estava ali correto, do ponto de vista matemático. Apenas, o flogístico não existia... era uma irreabilidade, uma ilusão.

Os filósofos matemáticos não viram estes problemas do pensamento matemático. O fato que os símbolos estão no lugar das cousas e as apresentam em quantidades determinadas como conjuntos de cousas neutras aplicáveis a quaisquer cousas, não tendo sido por eles considerado, leva BERTRAND RUSSEL, por exemplo, a negar que o juízo $2 + 2 = 4$ seja de experiência. Entretanto, a nossa análise revela que

em $2 + 2 = 4$ há a contagem de cousas, cousas simbólicas, neutras, substitutivas das cousas concretas do pensamento primitivo.

Vejamos este tópico bastante significativo do filósofo inglês.

“Toda a matemática pura é **a priori**, como a lógica. Isto foi negado energicamente pelos filósofos empiristas, que sustentam ser a experiência a fonte do nosso conhecimento da aritmética, como da geografia. Sustentam que pela experiência repetida de ver duas cousas e em seguida mais duas cousas e achar que juntas fazem quatro cousas leva-nos por indução a concluir que duas cousas mais duas cousas formam **sempre** quatro cousas. Entretanto, se esta fosse a fonte de nosso conhecimento de que dois e dois são quatro, para nos persuadir de sua verdade procederíamos de modo diferente do que na realidade fazemos. De fato um certo número de exemplos é necessário para fazer-nos pensar abstratamente dois em vez de duas moedas, dois livros, duas pessoas, ou qualquer outra espécie de dois. Desde o momento, porém, em que podemos desembaraçar nosso pensamento de particularidades inopurtunas, somos capazes de ver o princípio geral segundo o qual dois e dois são quatro. Vemos que um exemplo qualquer é típico e o exame dos demais se torna desnecessário”.

Nossa análise anterior responde a BERTRAND RUSSEL. Segundo ela, não há aqui pensamento abstrato, mas de cousas substitutivas das cousas concretas do pensamento quantitativo. 2 está no lugar do grupo de duas cousas e a operação é de cousas com cousas, que os símbolos substituem, apresentando-nos as quantidades diretamente determinadas nos grupos de cousas ou símbolos substitutivos de grupos de cousas. Não há necessidade de exemplos de cousas concretas para vermos que $2 + 2$ formam 4, porque na operação direta dos símbolos de quantidades determinadas já temos a contagem de cousas, de coisas substitutivas das cousas reais, dispensando-se a verificação com as cousas reais.

O pensamento matemático só aparentemente é abstrato. Na verdade é concreto, por serem os seus símbolos os substitutivos de cousas tomadas já em quantidades determinadas — o 2 representa um grupo de duas cousas neutras (conchas, contas, cálculos) usados na contagem de quaisquer cousas, que no pensamento arcáico já representou uma superação dos sistemas numerativos particulares concretos que só serviam para a contagem de cousas particulares. Segundo os estudos do pensamento quantitativo anterior ao sistema de cousas neutras existiam sistemas numerativos concretos, que só serviam para a contagem de certas cousas, cousas chatas, árvores, animais, e não aplicáveis à contagem de quaisquer cousas.

A ilusão de RUSSEL é a mesma de KANT, ao considerar o seu juízo sintético *a priori* $7 + 5 = 12$. Entendeu ele que aqui se dispensa a contribuição do que chamou **intuição empírica**, onde se acha a experiência ou os objetos concretos da experiência. Por isso considerou o juízo $7 + 5 = 12$ como dado abstratamente, como operação puramente intelectual, independentemente de experiência material. É que esta experiência foi feita na pre-história e nos foi legada nos sistemas neutros com base em objetos, e que afinal foram substituídos pelo sistema numerativo simbólico de quantidades determinadas, representativo de grupos de cousas quantitativamente determinados.

O pensamento matemático é o único pensamento de modo de ser que pensamos fora das cousas, e a explicação dessa anomalia está em que os seus símbolos de modo de ser (quantitativo, extensivo) substituem as cousas e servem de suporte ao pensamento do modo de ser, aparentemente sem os seres, os objetos: nos símbolos aritméticos, em virtude de serem eles símbolos de quantidades determinadas, substitutivos de cousas ou grupo de cousas já determinados; nos símbolos geométricos, porque são símbolos-cópias do modo de ser extensivo e configurativo das cousas. Só em matemática pensamos estes modos de ser sem os seres, pelo motivo explicado, pois os seus símbolos se acham no lugar das cousas. Os outros

modos de ser situacionais, qualitativos, etc., não os podemos pensar sem as cousas, porque não temos experiência de modo de ser sem o ser, a cousa de que ele é modo de ser e não podemos pensar sem os materiais da experiência. Não pensamos qualidades, não pensamos relação, nem simultaneidade fora das cousas. É que estes símbolos não são cópias nem se acham no lugar das cousas. Eles representam apenas os modos de ser encontrados nas cousas e que só são pensáveis e reais nas cousas. Os modos de ser fora das cousas são irreais e impensáveis.

Tendo nós no pensamento matemático as quantidades já determinadas sem as cousas aparentes, pensamos quantidades sem objetos, e aplicamos isso a quaisquer cousas, ao movimento, ao peso, ao tempo. Mas não pensamos tempo em si, peso em si, movimento sem cousas que se movem, e apenas quantidades, por termos o pensamento de quantidades determinadas sem cousas. Também não pensamos quantidade em si, sem determinação e sem cousas, mas nas cousas de que é modo de ser, e nos símbolos quantitativos que estão no lugar das cousas tomadas em quantidades determinadas.

Não existe pensamento abstrato. Este pensamento seria o pensamento do modo de ser fora das cousas, e ele não existe, nem na matemática, onde encontramos símbolos-cópia e símbolos de cousas e de grupos de cousas quantitativamente determinadas.

Mas voltemos ao problema da realidade do mundo, e o consideremos em face dos empiristas modernos. Já vimos que eles admitem a existência do pensamento abstrato e do pensamento **apriórico**. São assim ecléticos e conciliadores. Dão razão aos racionalistas (ao menos em parte) contra os antigos empiristas. No domínio do chamado pensamento empírico fazem uma detida análise da verdade que ele possa conter, e sob o conceito de **dados dos sentidos** mantêm o problema da aparência das cousas, o mundo como aparência ou como dado dos sentidos.

BERTRAND RUSSEL, tem em várias ocasiões feito a análise minuciosa do que ele chama **dados dos sentidos**. A conclusão quanto ao mundo físico para ele é que não “vejo objetos físicos. Vejo os efeitos que eles produzem na região em que se acha o meu cérebro”.

“Tudo o que ocorre na experiência de uma pessoa deve ser localizado dentro do corpo dessa mesma pessoa”.

Estão aqui a meu ver verdades por assim dizer tautológicas, e que significam apenas que a minha percepção é a minha percepção. Mas há algo que a provoca — o fato percebido. Este não está no meu cérebro, não é a percepção, mas aquilo que a provoca. Os elementos componentes da percepção “ver uma estrela” estão no meu cérebro, menos a estrela. Vejo a rocha partir-se como efeito da explosão da dinamite na montanha vizinha. O que constitui essa percepção está na minha cabeça. O que a provocou não está. Minha percepção constata o acontecimento. Se o modifica, se o acontecimento é igual ao efeito que produz na percepção isso depende das condições individuais de quem percebe.

O conhecimento é sempre subjetivo.

A consciência é um super instinto seletivo destinado a servir o indivíduo em face da realidade heterogênea e mutável. O instinto propriamente dito, é retilíneo, pouco modificável, só tem um caminho, e é incapaz de escolha. A consciência, não. Ela é onimoda, capaz de improvisar, de escolher, de deter-se, desistir ou variar dentro do próprio teatro da ação, o que não acontece com o instinto. Contudo, são ambos individuais e se acham ao serviço do ser em frente da realidade. Dentro de uma mesma espécie, as diferenças individuais são pouco apreciáveis, o que sabemos por vários motivos, entre os quais se destacam a conduta semelhante dos indivíduos em face das situações que a realidade apresenta, e quanto à espécie humana a linguagem comum indica sem sombra de dúvida razoável, não só que existe uma realidade como campo de experiência comum, mas também que a nossa

própria percepção é pouco variável de indivíduo para indivíduo, na determinação dessa realidade. O símbolo apresenta à consciência dos interlocutores a experiência dos elementos constantes das cousas, da experiência de todos. A experiência que se enuncia no pensamento comunicado é sempre individual, tanto para quem comunica o pensamento como para quem recebe a comunicação. Mas por isso mesmo que a ninguém é dado pensar sem os elementos de sua experiência individual, e quem recebe a comunicação nem sempre tem a experiência concreta e o pensamento da coisa com a coisa comunicada, só poderá receber a comunicação do pensado, através dos elementos constantes, da experiência de todos, que os símbolos da linguagem fixam e determinam. Assim a linguagem representa o testemunho de que há uma realidade percebida por todos e de maneira uniforme, sem importantes discrepâncias individuais.

Dir-se-á que na experiência individual algo fica insusceptível de comunicação, como o pensamento da coisa com a coisa da experiência, o sentido individual total da experiência real, que o interlocutor não tenha feito, mas somente aquele que a comunica, uma vez que ele só pode fazer a comunicação através dos símbolos e estes só conduzem os elementos comuns, constantes, da experiência de todos. É certo, porém, que nesse resíduo incomunicável, através de símbolos, quando se trata de cousas, pessoas e situações de experiência direta de quem comunica e também de quem recebe a comunicação, a parte incomunicável fica reduzida a um mínimo pouco apreciável.

Isso quer dizer que o conhecimento, seja ele qual for, é individual, e biológica e primordialmente está ao serviço do ser. A verdade não tem um valor em si e por si, nem a vida tem por fim o conhecimento, mas a manutenção e desenvolvimento do ser. Haverá diferenças individuais na percepção dentro de limites que não incompatibilizem o ser com a vida. O fato, contudo, da existência da linguagem fixadora dos elementos constantes, comuns, da experiência de todos, é o mais

completo e o mais sutil testemunho não apenas da realidade existente em nós e fora de nós, mas também, de que a percepção, embora individual, é pouco variável de indivíduo para indivíduo, e que os dados dos sentidos, embora subjetivos, representam a realidade individual e a realidade das cousas de modo mais ou menos idêntico.

Esses dados não podem ser considerados como uma parede material fisiológica interposta entre nós e a realidade das cousas, mas um conduto entre nós e a realidade das cousas. No fato de ver uma estrela, podemos concordar com os empiristas que tudo se passa no nosso cérebro, pois todo conhecimento é subjetivo, como função que é do ser individual, mas se esse conhecimento pode ser captado e transmitido através dos símbolos da experiência de todos é que ele é de experiência de todos.

As cousas existem, quer as tenhamos inevitavelmente em nossa percepção, quer as não tenhamos e quando não as temos. Trazendo a dúvida para a análise dos dados da percepção, repõem os empiristas modernos o aforisma de BERKELEY, segundo o qual **esse est percipi**, ser é ser percebido. Ora, para serem conseqüentes consigo mesmos, deveriam lançar essa dúvida sobre a existência da própria inteligência e da própria percepção. A única diferença que há na experiência que nos afirma a existência da inteligência e da percepção, é que são fatos de experiência inevitável, de que não podemos fazer abstração. Como vimos na análise das formas puras e das categorias, a experiência inevitável nada acrescenta à validade do conhecimento. Esses elementos de experiência inevitável são tão válidos quanto os da experiência que nem sempre fazemos. O juízo analítico não é mais válido do que o juízo sintético. São ambos de experiência. Os juízos "o corpo é extenso", "esta mesa é dura", "eu penso", "eu existo", "eu tenho percepção", são todos juízos de experiência, e não há motivos para se dar mais valor a um do que a outro. As cousas existem, quer sejam abstraíveis, quer não sejam, quer as tenha na experiência inevitável que as torna

inabstraíveis, quer não as tenha nessa experiência, e apenas na experiência tátil, que nem sempre faço, e por isso, tendo a experiência de sua ausência, por meio dessa experiência de ausência as posso abstrair e eliminar no pensamento.

As cousas existem, quer as perceba, quer as não perceba. Não há nenhum motivo para dar maior validade à existência da inteligência, da percepção, dos juízos matemáticos e dos juízos lógicos do que aos demais juízos da experiência, pois que todos eles, de experiência inevitável, de experiência evitável, abstraíveis e inabstraíveis, são todos de experiência.

Com isto voltamos ao início deste trabalho. As cousas existem antes de nós. A natureza inorgânica é anterior à nossa natureza orgânica. Foi atritando a natureza orgânica que ela fez surgir nesta, desde os fenômenos da simples irritabilidade, o da percepção. A consciência é um super instinto seletivo ao serviço do ser dentro da realidade heterogênea, móvel, variável, que os instintos de base reflexa, que só têm um caminho e só sabem fazer uma coisa, não poderiam atender. A consciência, como a percepção, são a obra da realidade preexistente, da realidade que se acha fora de nós e em nós, e que determinou o seu aparecimento nos seres vivos. A consciência, mais propriamente os dados da percepção, são imposições da realidade das cousas, que existiam antes da consciência existir e existem independentemente dela. Sabemos que há ilusões na experiência das cousas. Mas se foi a realidade das cousas que fez surgir a consciência, não temos motivos para duvidar sistematicamente da correspondência da realidade com os dados que ela apresenta à consciência